



EDITAL

ALBINO PINTO DE ALMEIDA, Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia. =====

FAZ SABER, nos termos do disposto no art. 56.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, com as respectivas alterações e rectificações legais e do art. 63.º do Regimento da Assembleia Municipal, que na Sessão Ordinária de setembro, iniciada em 10 de setembro e terminada em 24 de setembro de 2020, foram tomadas as seguintes deliberações: =====

1. Aprovadas por Unanimidade, as Atas n.º 43 de 23.04.2020; n.º 44 de 28.05.2020; n.º 45 de 09.06.2020; n.º 46 de 25.06.2020 e n.º 47 de 09.07.2020.
2. Aprovado por Unanimidade, um Voto de Pesar, apresentando pelo Grupo Municipal da CDU, "Pelo Falecimento do Advogado António Monteiro Taborda".
3. Rejeitada por Maioria, uma Proposta de Recomendação à Câmara Municipal, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, "Programa de Apoio à Redução Tarifária, para todos os estudantes, entre os 13 e 18 anos, com domicílio fiscal em Vila Nova de Gaia". =====
4. Aprovada por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da repartição de encargos financeiros relativos à Reformulação do Núcleo de Santo Ovídio, em cumprimento do disposto no art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril. =====
5. Aprovada por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da repartição de encargos relativos à construção do Pavilhão Municipal de Santa Marinha, em cumprimento do disposto no art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril. =====.
6. Aprovada por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reformulação de encargos financeiros e inerente reformulação dos documentos contabilísticos relativos à Empreitada de Reabilitação do Espaço Público do Núcleo Histórico Ribeirinho do Espinheiro – Freguesia de Avintes, em cumprimento do disposto no art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril. =====
7. Aprovada por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reformulação de encargos financeiros relativos à Reabilitação do Edifício da Habitação do Castelo, em cumprimento do disposto no art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril. =====



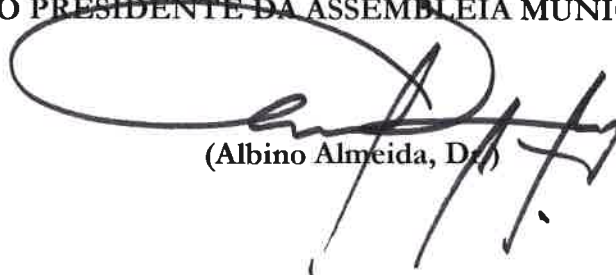
8. Aprovada por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reformulação de encargos financeiros relativo à Reabilitação Energética do Empreendimento de Habitação Social de Perosinho, em cumprimento do disposto no art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril. =====
9. Aprovado por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reformulação de encargos financeiros relativos à Reabilitação Energética dos Empreendimentos Prof. Carlos Alberto da Mota Pinto – Pedroso e Rosa Mota - Canelas, em cumprimento do disposto no art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril. =====
10. Aprovada por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reformulação de encargos financeiros e inerente reformulação dos documentos contabilísticos relativos à Inserção de Corredores “BUS” na Avenida Vasco da Gama, em cumprimento do disposto no art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril. =====
11. A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reformulação de encargos financeiros por Lote relativos ao Concurso Público com Publicidade Internacional para Aquisição de Mobiliário para os Estabelecimentos de Ensino do Município de Vila Nova de Gaia, em cumprimento do disposto no art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril. “=====
12. Aprovado por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da repartição de encargos financeiros plurianuais relativos à substituição de coberturas de fibrocimento nas Escolas Básicas das Devesas, Quinta das Chãs e Visio – 2º Procedimento por Ajuste Direto no âmbito do Acordo Quadro – Beneficiação Energética de Edifícios Escolares de Tipologia P3 – Lote 2. em cumprimento do disposto no art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, pois apesar de nas GOP's 2020 ter sido autorizado o valor de €1 020 000,00 para o ano de 2021 na rubrica 2016 I 63, este não é suficiente para os cabimentos a realizar para esse ano, nessa rubrica. =====
13. Aprovada por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da repartição de encargos financeiros plurianuais relativos à substituição de coberturas de fibrocimento nas Escolas Básicas de S. Paio, Pena, Maninho e Matas – 2º Procedimento por Ajuste Direto no âmbito do Acordo Quadro – Beneficiação Energética de Edifícios Escolares de Tipologia P3 – Lote 1, pois apesar de nas GOP's 2020 ter sido autorizado o valor de €1 020 000,00 para o ano de 2021 na rubrica 2016 I 63, este não é suficiente para os cabimentos a realizar para esse ano, nessa rubrica. =====

14. Aprovada por Maioria, a Proposta da Câmara Municipal quanto à aquisição de prestação de serviços de auditoria externa de revisão legal de contas do agrupamento de entidades adjudicantes constituídos pelo Município de Vila Nova de Gaia pela Empresa “Águas de Gaia EM SA” – Nomeação da Empresa “Rodrigo, Gregório & Associados, SROC, LDA”. =====
15. Aprovada por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à aquisição da prestação de serviços para a realização de cadastro predial geométrico em três Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) do Município de Vila Nova de Gaia: ARU Centro Histórico; ARU Aguda/Granja e ARU Encostas do Douro. =====
16. Ratificada por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à ratificação da prorrogação do prazo de apresentação de candidaturas e apoios municipais para o ano de 2021, previstos no n.º 3 do Art. 11.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Públicos, até o dia 10 de agosto de 2020.
17. Aprovada por Maioria, a Proposta da Câmara Municipal quanto ao Regulamento Municipal de Equipamentos Culturais. =====
18. Aprovada por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à Lista de Juízes Sociais do Tribunal de Família e Menores de Vila Nova de Gaia 2020-2021 remetendo para ratificação da Câmara Municipal. ==
19. Aprovada por Maioria, a Proposta da Câmara Municipal quanto ao contrato de gestão delegada a celebrar entre o Município de Vila Nova de Gaia e as “Águas de Gaia EM SA”. =====
20. Aprovada por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reformulação de encargos financeiros relativos à Empreitada “Casa Barbot – Conservação e Restauro do Património Integrado”, em cumprimento do disposto no art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 08 de junho, reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: Ano de 2020 – € 212 000,00 (duzentos e doze mil euros) e Ano de 2021 - € 1 484 000,00 (um milhão e quatrocentos e oitenta e quatro mil euros). =====
21. Aprovada por Maioria, a Proposta da Câmara Municipal quanto à revogação da deliberação da Câmara Municipal de 07.09.2020 e da Assembleia Municipal de 10.09.2020 e autorizar a reformulação de encargos plurianuais na Rúbrica 2014 I 13 relativos à substituição de coberturas de fibrocimento nas Escolas Básicas de S. Paio, Pena, Maninho e Matas – 2º Procedimento por Ajuste Direto no âmbito do Acordo Quadro – Beneficiação Energética de Edifícios Escolares de Tipologia P3 – Lote 1, em cumprimento do disposto no art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 08 de junho, reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril. =====

22. Aprovada por Unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à revogação da deliberação da Câmara Municipal de 07.09.2020 e da Assembleia Municipal de 10.09.2020 e autorizar da reformulação de encargos plurianuais na Rúbrica 2014 I 13 relativos à substituição de coberturas de fibrocimento nas Escolas Básicas das Devesas, Quinta das Chás e Viso – 2º Procedimento por Ajuste Direto no âmbito do Acordo Quadro – Beneficiação Energética de Edifícios Escolares de Tipologia P3 – Lote 2, em cumprimento do disposto no art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 08 de junho, repriminado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril. =====
23. Aprovada por Maioria, a Proposta da Câmara Municipal quanto à Proposta de Regulamento Municipal de Defesa da Paisagem, Publicidade e Ocupação do Espaço Público e respetiva nota justificativa. =====
24. Apreciada a Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município. =====

Vila Nova de Gaia, 28 de setembro de 2020

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



(Albino Almeida, D.)